



*HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E IDENTIDADE  
NACIONAL: O COMPÊNDIO DA GRAMÁTICA DA LÍNGUA  
NACIONAL DE ANTÔNIO ÁLVARES PEREIRA CORUJA (1835)*

Rayssa Raquel MARINHO<sup>1</sup>  
(UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro /CAPES)

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar o *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* (1835), de Antônio Álvares Pereira Coruja, a partir da perspectiva da Historiografia Linguística (HL), compreendida como um campo científico que, desde a década de 1970, especialmente com os trabalhos de Swiggers (1990; 2020), Bastos (2021), Kaltner (2023), passou a adotar métodos próprios para investigar o percurso da linguagem. Fundamentado no modelo de camadas proposto por Swiggers (2020), o estudo articula dimensões contextuais, teóricas, técnicas e documentais para examinar a constituição da obra e sua inserção no cenário educacional e intelectual do século XIX. A análise demonstra como a gramática de Coruja dialoga com a tradição greco-latina, ao mesmo tempo em que se atenta às demandas do Brasil pós-Independência, sobretudo no campo das políticas linguísticas e da formação escolar. Os resultados evidenciam que a gramaticografia oitocentista não apenas descreve a língua, mas integra processos culturais e institucionais que impulsionaram o projeto de nacionalização e o movimento de gramatização no período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia Linguística. Gramaticografia Brasileira. Antônio Álvares Pereira Coruja.

LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY AND NATIONAL IDENTITY: THE COMPÊNDIO DA GRAMÁTICA DA LÍNGUA NACIONAL BY ANTÔNIO ÁLVARES PEREIRA CORUJA (1835)

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* (1835), by Antônio Álvares Pereira Coruja, from the perspective of Linguistic Histo-

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), com bolsa da CAPES. Formada em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura pela Universidade de Brasília. Mestre em Linguística na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. ORCID: 0009-0003-7634-4539. E-mail para contato: <rayssaredatora@gmail.com>.

riography (LH), understood as a scientific field that, since the 1970s—particularly through the works of Swiggers (1990; 2020), Bastos (2021), and Kaltner (2023)—has adopted its own methods to investigate the development of linguistic thought. Grounded in the layered model proposed by Swiggers (2020), the study articulates contextual, theoretical, technical, and documentary dimensions to examine the constitution of the work and its insertion into the educational and intellectual landscape of the nineteenth century. The analysis demonstrates how Coruja’s grammar engages with the Greco-Latin tradition while also addressing the demands of post-Independence Brazil, especially in the areas of language policy and school formation. The results show that nineteenth-century grammatical production not only describes the language but also integrates cultural and institutional processes that propelled the nationalization project and the broader movement of *grammatization* during the period.

**KEYWORDS:** Linguistic Historiography; Brazilian Grammaticography; Antônio Álvares Pereira Coruja.

### INTRODUÇÃO

A consolidação da Historiografia Linguística (HL) como campo científico ocorreu progressivamente ao longo do século XX, alcançando maturidade sobretudo a partir da década de 1970. Nesse período, segundo Bastos e Casagrande (2021), a área deixou de ser apenas uma prática associada à História e passou a se estruturar como disciplina autônoma, acompanhando as transformações que atingiam os estudos históricos e suas metodologias. Em vez de repetir relatos lineares sobre acontecimentos, a HL começou a assumir uma postura crítica diante dos documentos e das tradições linguísticas, interrogando e reinterpretando esses materiais (Marinho, 2025)<sup>2</sup>.

Swiggers (2013) caracteriza esse campo como uma intersecção entre a História das Ideias, a Historiografia da Ciência e a evolução do conhecimento lin

---

<sup>2</sup> Nota ao leitor: este artigo retoma parte da dissertação de mestrado defendida em 2025, intitulada “O estatuto das partes da oração em gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista”, apresentada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

guístico. A HL, portanto, não se restringe à descrição de teorias ou escolas, mas procura explicar como se desenvolveu a reflexão sobre a linguagem, articulando elementos internos ao sistema linguístico e fatores externos ligados à cultura, à sociedade e à produção científica. A natureza interdisciplinar desse trabalho exige do historiógrafo um repertório amplo, capaz de integrar perspectivas distintas na análise dos materiais estudados (Bastos & Casagrande, 2021).

Ao lidar com o passado linguístico, o pesquisador precisa considerar o ambiente intelectual do período investigado e manter uma postura metodologicamente neutra (Kaltner, 2023). É nessa direção que Jenkins (2013) propõe compreender a História como uma série de discursos sobre aquilo que já aconteceu. O passado constitui o conjunto dos eventos efetivamente ocorridos; a História, por sua vez, é o resultado das múltiplas leituras possíveis desses eventos. Não há, assim, uma narrativa única, mas versões que emergem do recorte e da interpretação realizada pelo historiador.

A escolha do que merece ser analisado constitui uma etapa central desse processo. Se cada evento fosse tomado como igualmente relevante, nada diferenciaria fatos historiográficos de simples ocorrências. Assim, cabe ao pesquisador determinar o que é significativo para seu objeto e justificar essa seleção. Para Jenkins (2013), esse gesto interpretativo representa o elemento vital da História, uma vez que não é o acontecimento em si, mas o modo como ele é interpretado, que dá sentido à narrativa.

Batista (2020) ressalta que, mesmo orientado por métodos científicos, o trabalho do historiógrafo envolve inevitavelmente certo grau de subjetividade. A leitura das fontes depende de perspectivas teóricas, experiências intelectuais e posicionamentos individuais, o que faz com que análises distintas possam surgir dos mesmos documentos. Essa diversidade, longe de ser um pro-

blema, evidencia a riqueza interpretativa da historiografia e reforça a importância de práticas críticas e reflexivas no estudo do passado.

Como esse trabalho se realiza fundamentalmente por meio de textos, a HL depende de uma compreensão de que toda leitura é um ato mediado por outros discursos. Dessa forma, a historiografia é concebida por Jenkins (2013, p. 26) como uma construção linguística fundada na intertextualidade. Os textos utilizados como fontes tornam-se, então, o testemunho material do percurso de reflexão sobre a linguagem, representando processos, conceitos e tradições que marcaram a história do pensamento linguístico.

O uso dessas fontes pressupõe atividades de descrição, explicação e interpretação. Batista (2020) distingue os documentos primários — aqueles diretamente analisados para reconstituir o conhecimento linguístico — dos secundários, que contextualizam historicamente e socialmente o objeto principal. Assim, conforme observam Bastos e Casagrande (2021), a HL assume caráter explicativo, buscando compreender não apenas o que se pensou sobre a linguagem, mas também quem produziu esse conhecimento e de que modo o ambiente sociocultural influenciou sua formulação.

A transformação da disciplina linguística resulta de múltiplos fatores e, por isso, não pode ser explicada por modelos lineares ou unidimensionais. Swiggers (2020) propõe compreender essas mudanças por meio de “camadas”, que incluem concepções gerais de linguagem, práticas de pesquisa, técnicas analíticas, tipos de documentação e o ambiente cultural e institucional. Tradicionalmente, a historiografia da linguística descreveu variações ao longo do tempo sem tratar diretamente de suas causas, oscilando entre análises muito particulares e visões amplas demais para captar a complexidade do campo. Dessa forma, este trabalho adota essa perspectiva estratificada, considerando

tanto o contexto sociocultural quanto o material estudado, tomando como referência as quatro camadas sugeridas por Swiggers (2020).

Como alternativa às explicações unidimensionais, o autor propõe o “condicionamento múltiplo”, uma abordagem que articula diferentes modelos teóricos — incluindo o paradigma kuhniano — e múltiplos níveis de análise. Essa concepção aproxima-se da noção de narrativas em camadas discutida por Galison (1987) na história da microfísica (Ferreira, 2021). As dimensões teórica, documental, técnica e contextual não evoluem de modo simultâneo, podendo sofrer rupturas independentes entre si. A articulação entre essas camadas permite compreender como certos modelos se consolidam, por que outros são abandonados e de que forma a linguística se reconfigura ao longo do tempo.

Desse modo, este trabalho resulta de um recorte de uma pesquisa de mestrado já concluída e parte de uma discussão já em andamento em outras pesquisas<sup>3</sup>; bem como tem o objetivo analisar a *Compêndio da Gramática da Língua Nacional (CGLN)*, de Antônio Álvares Pereira Coruja, considerando sua relevância no cenário educacional do século XIX. A escolha dessa obra se justifica por sua longa circulação, aproximadamente seis décadas, e pelo reconhecimento que alcançou desde a primeira edição publicada em 1835, em Porto Alegre. Mesmo após a mudança do autor para o Rio de Janeiro, o subtítulo “para a mocidade rio-grandense” foi mantido, o que evidencia a vinculação identitária e o propósito formativo do compêndio (Marinho, 2025). Examinar essa tradição editorial e sua recepção permite compreender a influência de Co

---

3 Os trabalhos que orientaram parte desta pesquisa e integram sua trajetória acadêmica são: “*Breve trajetória filosófico-gramatical das partes do discurso (classes de palavras) na obra de Dionísio Trácio*”, publicado na revista **Soletras**; “*As gramáticas dos linguistas no Brasil: língua, gramática e ensino nas obras de Mário Perini e Ataliba de Castilho*”, publicado nos **Cadernos de Pós-Graduação em Letras** da revista **Mackenzie**; e “*Três momentos da abordagem do léxico: João de Barros (1540), Moraes Silva (1806) e Evannildo Bechara (2009) em perspectiva historiográfica*”, publicado como capítulo de livro pela editora **Pedro & João Editores**.

ruja no ensino da língua e no desenvolvimento de práticas gramaticais no Brasil oitocentista.

Seguindo o modelo teórico de Swiggers (2020), na capa contextual, examinamos o clima de opinião e as agendas intelectuais do período, observando elementos paratextuais para identificar retóricas de continuidade ou ruptura. Na capa teórica, analisamos o estatuto das partes do discurso e a concepção global de linguagem assumida pelos autores. A capa técnica foi empregada para investigar os procedimentos descritivos ou prescritivos utilizados, incluindo métodos de análise e formas de apresentação dos dados. Por fim, na capa documental, observamos o tipo de linguagem mobilizada, as fontes literárias citadas e o corpus exemplificativo utilizado pelos gramáticos, a fim de compreender como esses materiais sustentam e projetam determinadas escolhas teóricas e técnicas.

### *CAPA CONTEXTUAL*

Nascido em Porto Alegre, em 1806, Antônio Álvares Pereira Coruja tornou-se uma figura central no cenário intelectual brasileiro do século XIX. Viveu em sua cidade natal até aproximadamente os 31 anos, período no qual atuou tanto na administração pública quanto na área educacional, ministrando aulas em instituições privadas e públicas, inclusive de língua latina. Posteriormente, no Rio de Janeiro, fundou o Colégio Minerva e ampliou sua produção didática, publicando obras que revelam sua intensa dedicação à formação escolar. Também se destacou por sua inserção no campo historiográfico, integrando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cavaliere, 2014, Marinho, 2025).

A trajetória formativa de Antônio Álvares Pereira Coruja foi marcada pelo convívio com figuras expressivas do meio intelectual gaúcho. Entre seus

primeiros mestres estiveram Maria Josefa da Fontoura Pereira Pinto, conhecida por sua atuação como poetisa e jornalista, e Antônio D'Ávila, personalidade influente na sociedade sul-rio-grandense. Mais tarde, estudou latim com o Padre Tomé Luís de Sousa, responsável por lhe atribuir o apelido “Coruja”, que acabaria incorporado ao próprio nome.

Sua participação na Revolução Farroupilha, motivada por afinidades políticas, levou-o à prisão por curto período em 1836. As tensões do contexto o impulsionaram a deixar Porto Alegre no ano seguinte, fixando-se no Rio de Janeiro, onde permaneceria até sua morte, em 1889.

Na Corte, ambiente propício à circulação de ideias e ao desenvolvimento artístico, Coruja ampliou sua atuação intelectual. Ali fundou, em 1838, o Liceu de Minerva, instituição privada de ensino que rapidamente alcançou notoriedade. Envolveu-se também em diferentes associações culturais e educacionais, como a Sociedade Amantes da Instrução e a Sociedade Propagadora das Belas Artes, reforçando sua presença no cenário letrado oitocentista.

Apesar do reconhecimento que acumulou, sua vida percorreu momentos de instabilidade financeira, decorrentes de investimentos pouco exitosos. Ainda assim, manteve intensa produção escrita, destacando-se obras memorialísticas como *Antigualhas*, importante registro da Porto Alegre imperial. De modo geral, sua contribuição editorial concentrou-se na elaboração de manuais didáticos, evidenciando seu vínculo permanente com o universo do ensino e da cultura letrada (Polachini, 2018):

- *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* (diversas edições: 1835, 1846, 1847, 1849, 1862, 1865, 1873, 1891)
- *Manual dos Estudantes de Latim* (1838)
- *Compêndio de Ortografia da Língua Nacional* (1848)

- *Aritmética para Meninos* (1850)
- *Coleção de Vocábulo e Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (1852)
- *Lições de História do Brasil* (1855)
- *A Vida de José Bernardino de Sá Depois de Sua Morte* (1856)
- *Anotações às Memórias Históricas de Monsenhor Pizarro* (1858)
- *Notas à Memória do Tenente-Coronel José dos Santos Viegas* (1860)
- *Antigualhas e Reminiscências de Porto Alegre* (1881)

O contexto de produção gramatical insere-se em condições históricas que a história oficial conta como a Proclamação da Independência em 1822, seguida pela composição da Assembleia Constituinte de 1823, e culminando na promulgação da Constituição de 1824. Este marco legal previa, entre outras medidas, a garantia de "instrução primária e gratuita a todos os cidadãos", mas seu desenvolvimento foi marcado por intensos conflitos na Assembleia Constituinte, dissolvida por Dom Pedro I em meio a disputas entre monarquistas, republicanos e outras facções políticas (Bastos, 2006).

Nesse contexto, destacam-se iniciativas educacionais voltadas para a consolidação da língua nacional, como a indicação de Antônio Álvares Pereira Coruja para estudar o método Lancaster no Rio de Janeiro em 1825 (Bastos, 2006), período que também foi palco de debates parlamentares sobre o status da língua. Um marco desse período foi a Lei de 15 de outubro de 1827<sup>4</sup>, que determinou a obrigatoriedade do ensino da gramática da língua nacional nas escolas, data que hoje simboliza o Dia do Professor no Brasil.

---

<sup>4</sup> O texto original da Lei pode ser lido em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html) - Acesso em fev 2025

A Lei de 1827 constitui-se como um discurso fundador do ensino da língua nacional, produzindo sentidos sobre políticas de educação popular e sobre política de língua, do nome da língua do Brasil. Nomear *Grammatica da Lingua Nacional*, na lei imperial, movimenta sentidos em direção a um imaginário de descolonização do ensino (e) de uma língua no Brasil, mas também sentidos sobre essa *Grammatica* a ser ensinada, ou seja, a gramática da língua do Imperador do Brasil e Príncipe de Portugal, Dom Pedro I, a língua da nobreza, do culto [grifos da autora] (Dias, 2019, p.81).

Em 1835, Coruja publicou o *Compêndio da Gramática da Língua Nacional*, acompanhado da dedicatória "dedicada à mocidade Rio-Grandense por seu patricio Antônio Álvares Pereira Coruja". Essa obra está em conformidade com o decreto imperial de 1827, que estabelecia o ensino da gramática da língua nacional. Um aspecto relevante que chama atenção é a fórmula da dedicatória, que levanta questões sobre os efeitos de sentido da expressão "dedicada à mocidade Rio-Grandense por seu patricio Antônio Álvares Pereira Coruja", especialmente quando relacionada ao título "Compêndio da Gramática da Língua Nacional" (Dias, 2019).

Segundo Polachini (2018), percebe-se um direcionamento geográfico voltado para a província do Rio Grande do Sul, que se mantém até 1891, quase sessenta anos após Coruja ter se estabelecido no Rio de Janeiro. Além disso, o título é apresentado com o termo "compêndio", que, conforme identificado no mapeamento levantado pela autora, estava associado ao ensino das primeiras letras e foi o tipo de nomenclatura mais recorrente até as décadas de 1860 e 1870, período em que os títulos iniciados por "gramática" passaram a predominar.

Além disso, com a criação da Assembleia Legislativa Provincial, por força do Ato Adicional de 1834, Coruja se candidatou às eleições para a primeira

legislatura e alinou-se com o vice-presidente Marciano Ribeiro (Bastos, 2006). Nesse período, o vice-presidente sancionou a Lei nº 14, de 29 de dezembro de 1835, de autoria de Coruja, que, em sua atuação como secretário e deputado, reorganizou o ensino primário e fundou uma escola normal, com o objetivo de qualificar indivíduos para o magistério (Giolo, 2006).

As determinações da Lei 14 de 1835, segundo Giolo (2006), em grande parte não puderam ser implementadas devido à instabilidade política no Rio Grande do Sul. Embora a lei tenha reorganizado o ensino primário e criado uma escola normal destinada à formação de professores, a escola normal só foi efetivamente criada em 1870, e o ensino mútuo deixou de ser uma prática oficial na província.

As diferentes edições da gramática de Pereira Coruja refletem a relevância da obra ao longo do tempo na gramaticografia. Embora tenha passado por revisões e acréscimos, o título manteve a referência à província do Rio Grande do Sul, mesmo após a publicação ter sido transferida para o Rio de Janeiro a partir da quarta edição, em 1846. A obra aparenta ter alcançado ampla repercussão, sendo reeditada com revisões e modificações ao longo dos anos, chegando pelo menos até 1891, cerca de seis décadas após sua primeira publicação. A obra não apresenta prólogos que esclareçam a intenção do autor ao elaborá-la, ou que revelem sua autopercepção e intenções.

### *CAPA DOCUMENTAL*

Na obra de Coruja (1873[1835]), percebe-se uma abordagem mais contida na utilização de exemplos, em comparação com outras gramáticas da época, como as de Moraes Silva. Essa escolha sugere uma estratégia autoral deliberada, mais ligada ao estilo pessoal do gramático do que a um alinhamento

teórico-metodológico específico. Polachinni e Danna (2016) indicam que a gramática de Coruja apresenta 155 exemplos distribuídos ao longo de 21 páginas, resultando em uma média de aproximadamente sete exemplos por página.

A categorização desses exemplos mostra um predomínio da língua genérica ou sem referência, com 141 ocorrências (91%), enquanto a língua lógico-elíptica corresponde a 14 casos (9%). Essa distribuição evidencia uma característica marcante da obra: a preferência por exemplos que não possuem especificação de fonte.

Diferentemente de autores como Moraes Silva (1806), que priorizava a inclusão de textos literários clássicos para reforçar a norma culta da língua portuguesa, Coruja demonstra uma preocupação menor em associar sua gramática a tradições literárias. Tal prática indica que a obra se insere em um modelo gramatical que busca consolidar o uso formal do português, sem, no entanto, vincular-se a referências literárias específicas.

### *CAPA TÉCNICA*

A capa técnica, conforme retrocitado, refere-se às "técnicas de análise linguística e gramatical e aos métodos de apresentação dos dados" (Swiggers, 2004, p. 134), sendo analisada com base na *Techne Grammatiké* de Dionísio Trácio, considerada o texto fundante da tradição gramatical grega (Neto, 2021). Essa camada técnica envolve a segmentação e a organização da língua em áreas como fonologia, morfologia e sintaxe, facilitando a análise sistemática dos elementos linguísticos.

Dionísio Trácio, em sua *Techne Grammatiké*, estabeleceu uma classificação que organizava as partes do discurso em oito categorias: nome, verbo, participio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Ao comparar a

classificação de Dionísio Trácio com a gramática de Coruja (1835), nota-se a manutenção do modelo greco-latino, mas com adaptações próprias à tradição portuguesa. Enquanto Dionísio estabelece oito categorias – nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção –, Coruja amplia a classificação para nove, acrescentando a interjeição como uma parte distinta do discurso.

Além disso, a nomenclatura e os critérios de classificação de Coruja evidenciam um movimento de continuidade com a tradição clássica, ao mesmo tempo em que ajusta essas categorias às particularidades da gramática portuguesa, demonstrando que o modelo técnico de Dionísio permanece influente, ainda que adaptado aos contextos linguísticos posteriores.

### *CAPA TEÓRICA*

Segundo Coruja, as partes da oração são nove: artigo, nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Na seção intitulada "Parte Primeira – Da Etymologia" (Coruja, 1835, p.3), especificamente na subseção "Artigo" (p.3), Coruja define o artigo como uma parte da oração que, ao preceder um nome, não apenas indica seu gênero e número, mas também sugere que o nome deve ser interpretado de forma extensiva, e não de maneira compreensiva. A análise evidencia o uso de critérios morfológico, sintático e semântico.

Na subseção intitulada "Nomes" (p.4), Coruja (1835) define o nome como a palavra com que significamos alguma coisa ou sua qualidade. Dentro desse grupo, o nome pode ser classificado como substantivo ou adjetivo, conforme sua função. O substantivo é definido como a palavra que designa uma coisa ou pessoa, como nos exemplos: mesa e Francisco. Já o adjetivo é descrito como a palavra que expressa uma qualidade de alguma coisa ou pessoa, como

em redonda e amável. O critério utilizado pelo autor é, portanto, o semântico. Em "Pronomes" (p.6), o gramático define o pronome como a palavra que traz à memória a pessoa ou coisa a que se refere. O critério utilizado pelo autor para essa definição também é semântico.

Na subseção "Verbos" (p.9), Coruja (1835) define o verbo como a voz com que, na oração, significamos uma ação, afirmando algo de outra coisa. Essa definição destaca um critério semântico, já que o verbo expressa uma afirmação relacionada a um sujeito na oração. Além disso, o autor classifica os verbos quanto à sua significação em três categorias: ativo, neutro e passivo. Os verbos ativos denotam uma ação realizada pelo sujeito, os neutros indicam estados ou ações que não transitam, no qual tem significação permanente, e os passivos expressam ações sofridas pelo sujeito.

Na subseção "Participio" (p.38), Coruja (1835) define o participio como uma parte da oração que combina elementos da natureza do nome e do verbo. Especificamente, o participio herda do nome o gênero e, do verbo, o tempo e a ação. Exemplos apresentados incluem "amante" e "amado". O autor utiliza um critério semântico para destacar a dupla função do participio, que pode atuar tanto como um modificador nominal quanto verbal, dependendo do contexto em que é empregado.

Na subseção "Adverbio" (p.39), o advérbio é definido como uma palavra indeclinável que, ao unir-se ao nome ou ao verbo, modifica o significado dessas palavras. Por meio dessa definição, o autor evidencia a função morfológica, sintática e semântica do advérbio, que consiste em acrescentar detalhes ou especificar circunstâncias relacionadas à ação, estado ou qualidade.

Na subseção "Conjunções" (p.41), define a conjunção como uma palavra indeclinável, o que reflete um critério morfológico, pois é invariável em gê-

nero, número e grau. Além disso, a conjunção desempenha a função de unir palavras ou orações, evidenciando um critério sintático, já que sua principal finalidade é conectar elementos dentro de uma frase ou diferentes orações em um enunciado.

Na subseção "Preposições" (p.42), a preposição também é conceituada como uma palavra indeclinável, utilizando um critério morfológico. A preposição tem como função reger nomes e compor diferentes palavras, destacando sua função como um conector na estruturação do discurso. Esse conceito evidencia que as preposições atuam como elementos de ligação que introduzem complementos nominais e verbais, conectando termos de maneira que estabelecem uma relação tanto semântica quanto sintática.

Na subseção "Interjeições" (p.43), Coruja (1835) define a interjeição como uma voz indeclinável, o que reflete, como vimos, um critério morfológico. Além disso, a interjeição é caracterizada por sua função expressiva, uma vez que, por si só, transmite diversos afetos e paixões da alma humana, evidenciando um critério semântico. Para uma visualização mais clara, elaboramos um quadro representativo dos conceitos.

Tabela 1: Coruja (1835)

<b>Classe gramatical</b>	<b>Definição</b>	<b>Critérios utilizados</b>
Artigo	Parte da oração que, ao preceder um nome, não apenas indica seu gênero e número, mas também sugere que o nome deve ser interpretado de forma extensiva, e não de maneira compreensiva.	morfológico, sintático e semântico.
Nomes	A palavra com que significamos alguma coisa ou sua qualidade.	semântico.

Pronome	palavra que traz à memória a pessoa ou coisa a que se refere.	semântico
Verbos	A voz com que, na oração, significamos uma ação, afirmando algo de outra coisa.	semântico.
Particípio	Parte da oração que combina elementos da natureza do nome e do verbo. Especificamente, o particípio herda do nome o gênero e, do verbo, o tempo e a ação.	semântico.
Advérbio	Palavra indeclinável que, ao unir-se ao nome ou ao verbo, modifica o significado dessas palavras.	morfológico, sintática e semântica
Preposições	Preposição é uma palavra indeclinável que serve para reger os nomes, e para compor diferentes palavras.	morfológico, sintático e semântico
Interjeições	uma voz indeclinável que exprime por si só vários affectos e paixões de nossa alma.	morfológico e semântico

Fonte: (Marinho, 2025)

Nota-se, portanto, que os critérios de classificação são variados, evidenciando uma certa assistematização. As categorias possuem bases filosóficas e têm origem na *techné grammatiké*, principalmente em suas definições, inserindo-se, assim, no Paradigma Tradicional da Gramatização (PTG) (Vieira, 2018).

### *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

A análise desenvolvida ao longo do estudo evidencia que a gramatografia desempenha um papel decisivo na compreensão dos processos históricos de constituição da linguagem e de suas categorias descritivas. Ao recons-

truir práticas, modelos e tradições, a Historiografia Linguística permite observar padrões de continuidade e ruptura que atravessam diferentes períodos, revelando como fatores culturais, sociais e políticos influenciam a configuração das gramáticas. Os resultados confirmam que as obras não apenas registram a língua, mas também participam da construção de uma visão normativa e histórica sobre ela. Dessa forma, o exame das gramáticas torna-se fundamental para compreender a dinâmica de mudança linguística e os modos como o conhecimento gramatical foi sistematizado ao longo do tempo.

A investigação também mostrou que o trabalho do historiógrafo envolve escolhas interpretativas inevitáveis, ainda que guiadas por critérios metodológicos rigorosos. A seleção, organização e análise das fontes revelam o papel ativo do pesquisador na construção de quadros interpretativos, o que reforça a necessidade de uma postura crítica diante dos materiais examinados. A aplicação do modelo de camadas proposto por Swiggers (2020) permitiu evidenciar a interação entre dimensões teóricas, técnicas e contextuais, demonstrando como cada gramática incorpora elementos de sua época. Esse movimento analítico possibilitou compreender de que forma as obras oitocentistas dialogam com a tradição greco-latina ao mesmo tempo em que incorporam demandas educacionais e sociais do Brasil do século XIX.

Por fim, as considerações finais indicam que as gramáticas estudadas se inserem no Paradigma Tradicional de Gramatização, conforme descrito por Vieira (2018), mantendo convenções históricas mesmo quando propõem inovações. A tensão entre preservação da tradição e tentativas de adaptação ao cenário nacional revela um processo de gramatização marcado por esforço de atualização e nacionalização. A influência de fatores culturais e políticos, especialmente no período pós-independência, mostrou-se determinante na ela-

boração das categorias gramaticais e na valorização da língua portuguesa como símbolo identitário. Assim, obras como a de Antônio Coruja (1835) ilustram como a gramaticografia participou da construção de um projeto linguístico e cultural brasileiro, contribuindo para consolidar uma representação própria da língua no século XIX.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Camara. Reminiscências de um tempo escolar: memórias do professor Coruja. **Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 157-189, jan./abr. 2006.

BASTOS, Neusa Barbosa; CASAGRANDE, Nancy. Um percurso transcorrido na historiografia da linguística: sobre a história entrelaçada. **Revista da Abralin**, v. 20, p. 511-521, 2021.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística**. 1. ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

CAVALIERE, Ricardo. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2014.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. **Compendio da Grammatica da Lingua Nacional, Dedicado a Mocidade Rio-Grandense**. 1. ed. Porto Alegre: V. F. de Andrade, 1935.

DIAS, Juciele Pereira. O ensino da língua nacional no século XIX e a constituição da gramatização brasileira: a produção de Antonio Alvares Pereira Coruja. **Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. 48, p. 75-94, jan./abr. 2019.

FERREIRA, Emily Gonçalves de Medeiros. **Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

GIOLO, J. A instrução. *In*: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; PICCOLO, H.; PADOIN, M.. (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2.



JENKINSS, Keith. O que é História?. *In*. JENKINSS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 23-52.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Historiografia da Linguística e Gramaticografia: fundamentos teórico-metodológicos. *In*: WINDLE, Joel Austin; SAAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. **História, política e contato linguístico**. Niterói: EdUFF, 2023. p. 182-212.

MARINHO, Rayssa Raquel. O estatuto das partes da oração em gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista. 2025. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

NETO, José Borges. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura. **Revista Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012.

POLACHINI, Bruna Soares; DANNA, Stela Maris Detregiacchi Gabriel. Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 192-202, 2016.

POLACHINI, B. S. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. 2018. 457 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE LASEHL, [s.n.], 2004, Madrid. **Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística**. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. A dinâmica na (/da) história da linguística: posições e deslocamentos de “camadas”. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2020. DOI 10.5935/1980-6914/eLETLL2012968.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.